

ASSEMBLÉIA ORDINÁRIA

Ata n.º 003/07.

Aos cinco dias do mês de fevereiro de dois mil e sete, às dezoito horas e vinte minutos, pelos fundamentos constantes das inclusas notas taquigráficas que integram a presente Ata, reuniram-se para Assembléia Ordinária na sede do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Porto Alegre, sito Rua Cel. Genuíno, n.º 421, 3º andar – Esplanada dos Açores, sob coordenação da Presidente Maria Lopes Rodrigues – **CORAS Norte**, e na presença dos **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL**: Sandra S. (*Representante*) – **USBEE**; Eunice Zimmermann – **Instituto Leonardo Murialdo**; Arnaldo Batista S. dos Santos – **Sociedade Educação e Caridade – Instituto São Benedito**; Denise Araci Leonhardt – **Associação Cristã Feminina**; Anahi M. Melgare – **CRESS**; Milda Stroschoen Pinent – **UAMPA**; Iara de Fátima Bueno da Rosa – **CORAS Centro**; Josiane S. Cardoso – **CORAS Cruzeiro**; Irilde B. da Silva – **CORAS Extremo Sul**; Nelcy Gomes da Silva – **CORAS Leste**; Francisco T. de Lima – **CORAS Lomba do Pinheiro**; Magda Beatriz F. Godoy e Rose Ceroni Canabarro – **CORAS Nordeste**; Maria Lopes Rodrigues – **CORAS Norte**; Paulo Francisco da Silva – **CORAS Partenon**. **CONSELHEIROS DO GOVERNO**: Cláudia Ilha de Lima, Sandra Mara Nunes e Lúcia Helena de Souza – **FASC**; Vilma Maria O. da Silva – **SMA**; Eloísa Helena C. Strehlau – **SMC**; Maria do Carmo de Souza – **SMED**; Patrick de Oliveira Teixeira e Carlos Fernando S. Filho – **SMGL**; Carla Nunes Santos – **STCAS**. **FALTAS JUSTIFICADAS**: Maria Bernadette M. de Medeiros: - **CRESS**; Lourdes Maria Pretto – **CORAS Cristal**; Maria Francisca da Silva Oliveira – **CORAS Glória**; Heloísa Helena L. Vinõlo – **CORAS Glória**; Frei José Bernardi – **CORAS Ilhas/Humaitá/Navegantes**; Marister da Cunha Jonh e Olinda Maria Roberti – **CORAS Noroeste**; Joana Olívia Fernandes – **SMA**; Isabel Maria Walwnciuk e Elenice de Fátima de Mello Stanzinski - **SMF**. **AUSENTES/SOCIEDADE CIVIL**: Roberto M. Ramos e Eliane Gassen – **USBEE**; Maria de Lurdes dos Santos – **CORAS Centro-Sul**; Sérgio L. Cupini – **CORAS Eixo Baltazar**; Eliane da Luz Santos – **CORAS Glória**; Lurdes Vargas de Souza – **CORAS Ilhas/Humaitá/Navegantes**; Leila Maria Pitta de Azevedo e Glademira Margareth C. Barbosa – **CORAS Restinga**; Gleci Godoy Alvarenga – **CORAS Sul**. **AUSENTES/GOVERNO**: Carmem Lopes, Adalberto Gomes F. Júnior, Cristina N. de Moraes Torres e José Valdir R. da Silva – **Câmara Municipal**; Márcia L. Soares e Tanise Amália Pazzim – **DMAE**; Sueli Terezinha Luckemeyer e Letícia G. de Souza – **DEM HAB**; Andréia Paim Leal e Jairo Armando dos Santos – **DMLU**; Paulo Ricardo Pontes e Júlio Fontoura – **SMDHSU**; Olyntho C. Filho e Cleber da Silva Andrade – **SME**; Carmen Lúcia S. Garcia – **SMIC**; Adriana M. Maciel e Miriam Cardon Prikladnicki – **SMS**; Lúcia Cristina D. Capitão e Malena B. Ramos, Juliana de Oliveira C. Costa e Vera S. Karros, Meire Ana B. da Silva e Mercedes Helena Vicentini – **STCAS**. **Governo Federal**: Sem representação de Conselheiros. Após assinatura da lista de presenças, a Sra. Presidente deu início aos trabalhos. **Pauta: 1. Projeto de Lei Incentivo Fiscal; 2. Votação da Ata n.º 002/07; 3. Informes: a. Projetos Ação Rua; b. Tarifa de Baixa Renda; c. Retorno Avaliações de Convênios (Prazo até 28/02); d. Calendários CORAS 2007; e. Seminários (Seminários Preparatórios: Pré-Conferência 03 e 17/03 – auditório do CMAS, Conselheiros Titulares e Suplentes. Pré-conferência período de 1º/04 a 12/05. Informar CMAS dia, horário e local).** **Sra. Presidente**: Boa-noite a todos, que todos sejam bem-vindos a esta Plenária. Nós vamos dar início, então, a nossa Plenária. Não temos “quorum” novamente, mas esperamos que a gente consiga ter “quorum” até às 18 horas e trinta minutos. Eu quero solicitar que as pessoas hoje, os Conselheiros hoje ao se manifestarem digam o seu nome e região. Por que? A Patrícia hoje está saindo de férias e a Rose vai substituí-la. Como a Rose não conhece os Conselheiros, é importante, então, que cada um se identifique para que ela possa tomar nota. Eu gostaria de dizer para a Rose que ela seja bem-vinda neste período que vai ficar conosco e à Patrícia que tenha umas boas férias.

49 Todos receberam a pauta? Alguém não recebeu? Está. Todos receberam também o projeto que a
50 gente vai estar discutindo hoje. Alguém não recebeu? **Sra. Magda Beatriz F. Godoy:** A gente não
51 recebeu. **Sra. Presidente:** Tu não recebeste? **Sra. Magda Beatriz F. Godoy:** Não. **Sra. Presidente:**
52 Mas tu tens e-mail? Tu verificaste teu e-mail? Mas foi enviado para todas as pessoas. **Sra. Iara**
53 **Fátima Bueno da Rosa:** Quem não recebeu? **Sra. Presidente:** A Magda. **Sra. Magda Beatriz F.**
54 **Godoy:** Às vezes dá uma atrasadinha no Correio, mas a moça me passou. **Sra. Presidente:** Está
55 bem. Então, a nossa discussão hoje, ela inicia, ou melhor, não sei se a gente dá os Informes
56 anteriormente e depois começamos no projeto? Invertemos a pauta? Ou começamos pelo projeto e
57 depois os Informes? Eu acho que os Informes. Pode ser que até lá cheguem as pessoas. Pode ser?
58 Todos concordam? Então, está. Alguém tem algum Informe que queira estar colocando na pauta
59 também ou que queira estar passando para os Conselheiros? **Sra. Magda Beatriz F. Godoy:** Nós
60 estamos chamando uma reunião extraordinária para o dia 12 de fevereiro com todas as entidades,
61 porque a gente ficou muito tempo sem Conselheiro na região. Então, agora que a gente está
62 assumindo, que a gente está se organizando até para a gente poder depois preparar também a Pré-
63 Conferência. Então, dia 12 nós estamos chamando essa reunião e inclusive também, porque tem a
64 renovação dos contratos de Convênio e a gente também vai pegar com a FASC amanhã uma relação
65 do que precisa para depois as entidades não ter essa dificuldade de documentação, que estão
66 expirando os prazos de uma série de coisas. Então, dia 12 a gente reúne e até traz uma Ata, não é
67 Rose, da reunião até para vocês terem conhecimento. **Sra. Lúcia Helena de Souza:** Eu sou da
68 FASC. Eu não entendi essa última fala tua com relação a solicitar à FASC o que, que as entidades,
69 eu não entendi. **Sra. Magda Beatriz F. Godoy:** É que assim, a FASC, esses novos contratos de
70 convênio têm algumas entidades. Nós tivemos uma reunião com o Secretário César Busatto, a
71 Presidente foi, a Brizabel. O Fórum das Entidades que pediu esta audiência. Então, tem algumas
72 coisas, alguns itens, alguns critérios que foram mudados pela FASC, agora nessa nova renovação de
73 contrato de convênio e que, não sei pelo menos lá na nossa região, a gente não ficou sabendo. E tem
74 algumas entidades que assinaram e que não tiveram tempo de ler, porque foi muito, muito rápido lá
75 na FASC. **Sra. Presidente:** Os relatórios de avaliação? **Sra. Magda Beatriz F. Godoy:** Não. **Sra.**
76 **Iara Fátima Bueno da Rosa:** Não, eu estou entendendo o que ela está falando. **Sra. Magda**
77 **Beatriz F. Godoy:** Tu estás entendendo, está. Então o que a gente está chamando agora, daí lá na
78 audiência com o Secretário, ele perguntou assim para a Brizabel: se as pessoas estavam tendo
79 informações corretas a respeito dessas mudanças. E aí ficou cancelado, ninguém assina agora até
80 que se discuta. Não foi discutido em lugar nenhum. A FASC fez esta mudança, não foi discutido
81 junto às entidades, junto às CORAS e eu acho que até aqui no CMAS não foi discutida essa
82 questão. Então, as pessoas assinaram e depois leram. Quando leram aí se apavoraram com algumas
83 coisas que foi colocado, que foi implantado pela FASC dentro do contrato de Convênio que não está
84 de acordo nem com as entidades e muito menos com as CORAS. Nós não aceitamos aquilo ali,
85 então vamos discutir de novo esta questão. **Sra. Iara Fátima Bueno da Rosa:** Eu consigo entender
86 o que tu estás falando. Desculpe, é Iara, da CORAS Centro. O que tu estás falando é dos Termos
87 Aditivos. **Sra. Magda Beatriz F. Godoy:** Termos aditivos, é. **Sra. Iara Fátima Bueno da Rosa:** O
88 que acontece é que existia um Termo de Conveniamento normal e quando houve alteração de valor
89 em função do dissídio, todas as entidades foram chamadas para assinar um Aditivo. Só que esse
90 Aditivo não era exatamente a mesma coisa que o Convênio. Realmente nele constam algumas
91 cláusulas que não foram discutidas em lugar nenhum, inclusive não foram discutidas conosco. **Sra.**
92 **Magda Beatriz F. Godoy:** Exatamente. **Sra. Iara Fátima Bueno da Rosa:** Nós tomamos
93 conhecimento disto e eu digo “nós”, porque sou a Representante do CMAS num GT que está
94 discutindo os termos do Convênio e a gente tomou conhecimento dessas alterações, dessa diferença
95 que existe. Exatamente isso. Nós questionamos inclusive de que as entidades assinam o Convênio,
96 mas não levam a cópia. **Sra. Magda Beatriz F. Godoy:** Exato. **Sra. Iara Fátima Bueno da Rosa:**
97 A FASC não dá para ninguém. **Sra. Magda Beatriz F. Godoy:** Não dá. **Sra. Iara Fátima Bueno**

98 **da Rosa:** Tu vais lá, tu assinas, tu te comprometes, mas tu não recebes uma cópia e ali tem uma
99 série de cobranças. Esse GT Convênios têm se reunido já há três ou quatro meses. Estão assim,
100 dissecando. Já houve algumas reuniões aqui. Nós, por consenso, estabelecemos o seguinte: O
101 Fórum de Entidades está nisso, a STCAS está nisso, a Governança está nisso, todos eles estão
102 discutindo isso aí. Nós, enquanto CMAS, estamos acompanhando de longe isso, porque a última
103 palavra é aqui. E, inclusive, para não chegar: “e por que a gente não está mais participando do GT”?
104 Porque senão, a Iara vai e participa e a Iara dá a sua opinião pessoal a respeito das coisas e daí o
105 grupo pensa que a Iara está falando pelo Conselho. E a Iara não está falando pelo Conselho, não é?
106 Então, a gente acompanha de longe, isso tem que vir para cá, tem que ser discutido na Comissão de
107 Políticas e depois vir para Plenária e, em consequência, até levar para as CORAS para construirmos
108 juntos. Então, o GT está sabendo exatamente disso, eles podem discutir e mudar o que eles
109 quiserem, ninguém está dizendo que eles estão errados, mas vai ter que haver uma nova discussão.
110 E realmente, o Termo de Convênio Aditivo, ele não contempla nada. **Sra. Magda Beatriz F. Godoy:**
111 **Exato. Sra. Iara Fátima Bueno da Rosa:** Então, nós partimos do princípio que não é um
112 terceiro Termo de Convênio que se vai fazer. O primeiro é aquele que existia, o segundo, como não
113 foi discutido, está ilegal. Então, é isso que está acontecendo. Então, vai ter que vir para o Conselho,
114 é este o caminho e o próprio GT sabe disso. Eles devem estar concluindo esta discussão, porque a
115 gente deu prazo também, porque todos os Convênios valerão até 30 de março. Eles têm até este mês
116 aqui, no máximo até dia 15 por aí, para entregar para cá para poder dar tempo para fazer. **Sra.**
117 **Magda Beatriz F. Godoy:** Inclusive é uma das discussões, Iara, que foi feita lá, porque uma
118 dirigente de uma entidade que estava nessa audiência, ela assinou o contrato esse, esse novo Aditivo
119 e aí tem uma das cláusulas que diz que, dependendo do bem permanente, a entidade tem que buscar
120 junto à Supervisão em Serviço Social para perguntar se pode ou se não pode. Isso vem contra a
121 entidade, porque cada entidade sabe da sua necessidade. E o momento que a CTAC pegar as
122 prestações de contas e for de acordo como é, entregue mensalmente, então não se pode assinar uma
123 coisa. Foi até o que nós falamos para o Secretário Busatto: “Então nós, enquanto dirigentes, vamos
124 entregar tudo para vocês. Vocês façam tudo o que vocês quiserem.” Então, aí foi onde parou isso aí.
125 Então, agora a gente já vai chamar também, inclusive nós vamos chamar nas regiões, eu acho que o
126 CMAS também. **Sra. Iara Fátima Bueno da Rosa:** Mas isso é da alçada do CMAS. **Sra.**
127 **Presidente:** Pessoal, só um pouquinho. Eu acho que, Magda, nós estamos na parte dos informes. Tu
128 fizeste o teu informe, a Iara respondeu. Até porque a Iara está participando do GT e eu acho que é
129 importante clarear a posição que a gente tem em relação a isso. Mas eu acho que a discussão desta
130 questão nós vamos fazer quando vier para cá, está? **Sra. Iara Fátima Bueno da Rosa:** Vier a
131 proposta. **Sra. Presidente:** Quando a proposta vier para cá, está? Iara, tu tinhas Informe. Eu acho
132 que este Informe no “A” é o teu, está. **Sra. Iara Fátima Bueno da Rosa:** Nós temos aí na pauta o
133 informe sobre o Projeto Ação Rua. A gente divulgou tanto aqui no Conselho, quanto foi repassado
134 para as CORAS, para os centros regionais a abertura do Edital. Foram recebidos 21 projetos para
135 serem analisados para as regiões que foram oferecidas, eram 10 convênios, 10 entidades que eram
136 para ser conveniadas. Está saindo amanhã o resultado do Edital. Têm regiões que não conseguimos
137 fechar. Então, está saindo o resultado amanhã. Tem-se que esperar os prazos de recursos, todas
138 essas coisas e depois será aberto um Edital para essas duas regiões em que não houve fechamento da
139 questão. As duas regiões que não ficaram contempladas ainda são Cruzeiro e Ilhas. **Sra. Josiane S.**
140 **Cardoso:** Ninguém se candidatou? **Sra. Iara Fátima Bueno da Rosa:** Houve candidatura da
141 Cruzeiro, não houve candidatura da Ilhas. Aí a entidade vai ter que procurar e pedir maiores
142 informações. Isso aí eu só estou adiantando e de todas as regiões que foram abertas a Cruzeiro
143 ficou em aberto e Ilhas não apareceu ninguém. São duas regiões que com dificuldade, precisam.
144 Então deve ser aberto já no início de março um novo Edital chamando essas duas regiões. Esse aí é
145 o primeiro informe que eu queria dar. O segundo informe que eu gostaria de dar e aí assim, é um
146 alerta para o pessoal que faz parte do Orçamento Participativo: quem vai para as reuniões da sua

147 região, que verifique o que está estabelecido na sua região em termos de verba para a Assistência
148 Social. Estive na reunião da minha região, a região Centro, e embora tenha sido discutida em duas
149 reuniões toda a hierarquização das demandas, a posição do GPO é que tem dezoito mil reais para
150 Assistência Social neste ano, neste ano para a região Centro, dezoito mil reais. Se nós formos levar
151 em consideração que um convênio de SASE com vinte metas custa vinte e dois, a pergunta que eu
152 fiz ao Secretário Ricardo, é que ele além de dizer que eram dezoito mil reais para a região Centro, o
153 que se poderia fazer com isso? Isso contraria a posição dada pelo Sr. Prefeito, pela Presidente da
154 FASC que dizem que a verba da Assistência Social aumentou, que a FASC foi a Secretaria que mais
155 recebeu dinheiro. Se nós pegarmos uma listagem de todas as demandas de Assistência Social da
156 cidade, eu me dei ao trabalho de levantar, foi uma listagem que nós passamos para vocês passarem,
157 isso em uma reunião em novembro lá na FASC, essa listagem era de outubro. Se pegar uma
158 listagem que saiu dia 12 de janeiro agora, todas elas têm problema financeiro. Quer dizer isso, eu
159 chamo atenção que isso é brincar com as regiões. Porque as regiões vão para a reunião, discutem,
160 tem regiões que se digladiam para poder hierarquizar as demandas e vão e negociam, então faz o teu
161 e coisa assim e eu gostaria de saber se fecha esse número e daí é bem aqueles trezentos mil reais que
162 o COP definiu que era para a SASE e eles dividiram em dezesseis regiões. Se a região Centro ficou
163 com dezoito mil não tem nenhuma região que tenha mais que vinte e três. Então, eu estou querendo
164 registrar aqui exatamente porque nós temos uma Ata taquigrafada, quando se discute o Orçamento
165 Participativo e se diz que se está mantendo eu estou preocupada gente, porque Assistência Social é
166 ação continuada. Então, os dois milhões e pouco do outro ano foram complementados. Nós tivemos
167 uma reunião na FASC e pedimos, isso aqui foi discutido com vocês, vamos levantar, porque não
168 está no orçamento. Não está no orçamento, no que foi para a Câmara de Vereadores. E está muito
169 confusa a situação, então vamos registrar exatamente isso. Quanto tem na Assistência Social para o
170 atendimento das demandas do Orçamento Participativo para o ano de 2007? É isso. **Sra.**
171 **Presidente:** Está. Eu acho que só nessa questão, já informar que nós discutimos esta questão na
172 Executiva e definimos por solicitar uma audiência com o Sr. Prefeito, para estarmos discutindo a
173 questão do orçamento da Assistência Social, porque isso que a Iara coloca é uma realidade. **Sra.**
174 **Iara Fátima Bueno da Rosa:** Eu não estava na Executiva, não é? Desculpa. **Sra. Presidente:** Tu
175 não estavas, mas a gente já tinha discutido. Já enviamos o ofício solicitando essa audiência, porque
176 isso é um problema, isso que a Iara está trazendo é uma realidade. Não vai ter dinheiro para a
177 assistência social. Então, nós temos de estar discutindo para ver qual é a alternativa que vai se ter.
178 Nós já discutimos isso com a Presidente da FASC, queremos discutir com o Sr. Prefeito para ver da
179 onde é que vai sair, até porque ele diz que foi a área que mais recebeu recurso. Só que a gente não
180 está conseguindo localizar onde que está este recurso. Então, já está marcada a gente vai estar
181 trazendo para vocês, aliás, já solicitamos, não está marcada ainda, assim que estiver marcada a gente
182 vai estar com ele e vai estar trazendo o retorno para vocês. Assim como, a gente também marcou
183 com a Câmara Municipal, para estarmos discutindo com a Câmara a questão do orçamento. Então,
184 isso é mais um Informe. Nós temos o segundo Informe que é a Tarifa de Baixa Renda. Diva, tu vais
185 falar sobre isto? **Sra. Diva:** A gente recebeu no início do ano uma demanda de alguns usuários que
186 eram beneficiados pela Tarifa de Baixa Renda da CEEE, da energia elétrica e que receberam uma
187 cartinha da CEEE que tinham que apresentar o NIS, ou seja, o número do NIS do Bolsa Família,
188 teriam que estar cadastrados. Aí eles queriam da FASC, eles queriam informações também da
189 CEEE e tinham marcado uma reunião com a CEEE, FASC e CEEE, a Coordenadora do Bolsa
190 Família do Estado e uma Representante da Caixa Federal, porque esta demanda está chegando e
191 teria que ter definições. O Ministério de Desenvolvimento Social enviou aos municípios algumas
192 normas, orientações vamos dizer assim, em relação a isso. As pessoas têm de estar cadastradas no
193 CAD Único sim, senão elas vão perder este benefício. Quem tem o benefício da Tarifa de Baixa
194 Renda e o que é essa Tarifa de Baixa Renda? As pessoas têm uma redução em sua conta de luz, no
195 pagamento e isto é repassado para a CEEE ou para as concessionárias pelo Governo Federal. Então

196 agora ele está centralizando tudo no CAD Único, o cadastro único, e as pessoas têm que estar
197 cadastradas. Então, desta reunião saiu o seguinte, porque em Porto Alegre nós tínhamos três mil
198 trezentas e vinte e duas famílias nesta situação, de estarem recebendo esta cartilha e de regularizar
199 para continuar recebendo o benefício. Então, alguns encaminhamentos a gente tirou desta reunião:
200 1) A CEEE tem que encaminhar no início deste ano seguinte para a FASC a relação dessas famílias,
201 para aí fazer bater com a relação do CAD Único, ou seja, ver se tem famílias que já estão
202 cadastradas. 2) Tanto a assessoria de Comunicação da FASC quanto da CEEE iam fazer uma
203 matéria em um jornal, num veículo de comunicação de mais fácil acesso para explicar um pouco
204 isso que as pessoas estavam vindo para o Conselho, estavam indo à CEEE, em vários locais da
205 CEEE e acabavam chegando aqui, para se cadastrar no Bolsa Família, essa era a orientação que elas
206 estavam tendo. E a outra questão: a Coordenadora do Bolsa Família do Estado e a Madalena, que é
207 da Caixa Econômica tem que fazer contatos com o BNDES para ver se prorrogavam esta data,
208 porque vinte e oito de fevereiro está aí. No entanto, esta data foi estipulada numa resolução de
209 fevereiro de 2006 e que a data seria até agora. E a FASC ia organizar um plantão de atendimento
210 para essas famílias específico. Por quê? Porque a FASC vai fazer todo um recadastramento do Bolsa
211 Família nas suas regiões. Então, se abrisse assim ia ficar complicado fazer todo esse processo junto,
212 porque tem todo esse pessoal desse benefício específico com as outras. Então, ela vai fazer, ela vai
213 organizar um plantão de atendimento para essas famílias, que ela está organizando e vai ser,
214 segundo a Heraida da FASC, ali na sede da FASC na Ipiranga. Eles ainda estão organizando isso e
215 vão me passar. Então, pode ser que apareça nas regiões essa questão, e início de março realmente
216 vão surgir muito mais, porque elas vão ter este cadastro para apresentar para a CEEE. E aí qualquer
217 informação nas regiões, que tenha alguma pessoa, pode me ligar ou podem encaminhar para mim,
218 não há problema nenhum. **Sra. Irilde B. da Silva:** Eu tenho uma pergunta. É só aqui na FASC para
219 as pessoas virem se inscrever? **Sra. Diva:** Não é se inscrever, está? É ver a situação. De repente tu
220 podes estar cadastrado e não estar dentro do critério do Bolsa Família. Tem de estar dentro do
221 critério do Bolsa Família. Então, é ver a sua situação. **Sra. Irilde B. da Silva:** É que tem gente...
222 **Sra. Diva:** Caso seja necessário cadastrar, a FASC cadastra. **Sra. Irilde B. da Silva:** É que tem
223 gente cadastrada lá há dois anos, três anos e não receberam. **Sra. Diva:** Não é o cadastro do Bolsa
224 Família em geral, não é a questão do Bolsa Família. É a questão do benefício de Baixa Renda da
225 luz, é disso que nós estamos falando. **Sra. Irilde B. da Silva:** Está, mas se não tem luz quase nas
226 vilas, não tem luz, não tem relógio. **Sra. Diva:** Porque assim, quem recebeu a cartinha da CEEE
227 dizendo que ele tem que apresentar o NIS até fevereiro agora desse ano, esses se não tiverem o NIS
228 tem que se apresentar na FASC e eu vou dizer quando estiver organizada a data, o dia da inscrição e
229 que horário vai ser e tal. Aí eu repasso para vocês, até primeiro, mas a principio é só em relação. A
230 questão do benefício de Baixa Renda da luz elétrica. **Sra. Sra. Presidente:** Aos que receberam
231 correspondência, não é? **Sra. Diva:** Aos que receberam correspondência. Que esses estão
232 irregulares, vamos dizer assim neste momento. **Sra. Diva:** Quem não recebeu correspondência é
233 porque já apresentou o número do NIS e está ok, vai continuar recebendo. Qualquer informação ou
234 dúvida pode fazer contato comigo, sem problema. **Sra. Presidente:** Alguém tem alguma dúvida
235 ainda em relação a isso, quer fazer alguma pergunta, todos conseguiram entender? Ok. **Sra. Iara**
236 **Fátima Bueno da Rosa:** Fechamos o quorum. **Sra. Presidente:** É, conseguimos fechar o quorum.
237 **Sra. Iara Fátima Bueno da Rosa:** Não bateram palmas para ti hoje, Patrick. **Sra. Presidente:**
238 Temos a letra “C”, que é em relação a retorno das avaliações dos convênios. Aí é só para lembrar
239 aos Conselheiros que o prazo é 28 de fevereiro e que não vai haver prorrogação. As regiões que não
240 têm nenhuma reunião marcada no mês de fevereiro devem chamar uma reunião extraordinária. O
241 prazo é vinte e oito de fevereiro. **Sra. Irilde B. da Silva:** A minha é 12, onde a gente vai encerrar o
242 negócio dos convênios para trazer parecer dia 26. O parecer e mais o negócio da... **Sra. Iara Fátima**
243 **Bueno da Rosa:** Não, tu não precisas esperar até 26. **Sra. Presidente:** Podes trazer. **Sra. Iara**
244 **Fátima Bueno da Rosa:** Isso tem que ficar claro, não precisa esperar até 26, traz antes. Já fez dia

245 12, dia 13, 15 sei lá, já traz para cá, que depois a gente já coloca na pauta do dia 26, tu entendeste?
246 Se tu só trouxeres no dia 26 não entra na pauta. **Sra. Irilde B. da Silva:** Está. **Sra. Presidente:** Já
247 encaminha quando estiver pronto. **Sra. Irilde B. da Silva:** É, dia 12 fica pronto. O Paulo já foi lá e
248 já explicou tudo para mim, então a gente vai fazer. **Sra. Presidente:** Está bem. Tu querias falar,
249 Josiane? **Sra. Josiane S. Cardoso:** É que a Gislaine confundiu as datas e eu liguei para cá
250 perguntando e a moça disse que era, deu outra data. **Sra. Iara Fátima Bueno da Rosa:** Depende do
251 que tu perguntaste. **Sra. Josiane S. Cardoso:** Eu perguntei a respeito da entrega das avaliações com
252 ata de aprovação. **Sra. Presidente:** É até 28 de fevereiro. Nós informamos inclusive, aliás,
253 lembramos inclusive na plenária passada. Ok? E o “C” também é em relação aos Conselheiros de
254 CORAS, que a gente está solicitando que, por favor, encaminhem o calendário das reuniões e o
255 local aonde acontecem as reuniões nas regiões. Isso a gente tem que estar informando para o MDS,
256 que eles estão nos solicitando. Então, nós precisamos também esses dados, está? **Sra. Nelcy Gomes**
257 **da Silva:** De todas as reuniões? **Sra. Iara Fátima Bueno da Rosa:** De todas. **Sra. Presidente:** Sim,
258 o calendário do ano das reuniões, está? E aí tem então, o informe dos Seminários. Tu vais falar,
259 Maria do Carmo? **Sra. Maria do Carmo de Souza:** Pessoal, vocês mais uma vez lembrem de que
260 nós tínhamos combinado dessa Conferência, da gente fazer Seminários Preparatórios. Então, nós
261 estamos confirmando, formamos, na primeira reunião de janeiro, a gente formou a Comissão que ia
262 incidir sobre a VII Conferência, que ia planejar e organizar a VII Conferência. Dessa Comissão nós
263 fizemos um grupo de estudos inclusive, para preparar material especificamente para este Seminário
264 e estão confirmadas as duas datas, por isso que é bom que vocês já levem: é dia 03 e dia 17, o dia
265 todo, aqui. E na reunião passada algumas pessoas perguntaram se poderiam ir mais pessoas das
266 regiões, além da Conselheira titular e da suplente? Nesse Seminário é capacitação específica para os
267 Conselheiros poderem coordenar as Pré-Conferências. Então esses Conselheiros que vão ser os
268 coordenadores das Pré-Conferências das regiões vão levar materiais. A gente vai passar dois dias
269 assim esclarecendo para eles, mostrando para eles a documentação, mostrando para eles o material.
270 Então também é importante que a gente tenha nesse momento com um grupo menor até para
271 preparar mais vocês, para vocês poderem atuar depois nas regiões de vocês, para vocês esclarecerem
272 as dúvidas, virem nos perguntar. Então, para nós é muito importante que vocês se agendem já com
273 antecedência para o dia 03 e para o dia 17, são dois sábados e a previsão é o início às 08:30 e
274 término 17 horas, 17:30, está? Então, é importante que vocês já possam se agendar com
275 antecedência, o Titular e o Suplente. É importante que venham os dois, quem tem os dois,
276 exatamente para que as duas pessoas possam ser capacitadas. E vocês vão receber todo o material
277 para fazer a Pré-Conferência e não adianta dizer “Ah, eu não venho, eu recebo depois o material”. O
278 importante, gente, é vocês virem, receberem o material, esclarecerem aquele material todo, tirarem
279 as dúvidas. Nós estamos nos reunindo e preparando um material bem acessível para vocês, para nós
280 prepararmos esta Pré-Conferência e para a gente também preparar para esta Conferência, de uma
281 forma mais qualificada, a nossa participação. Seria isso aí, Mariazinha, Iara, gurias. **Sra.**
282 **Presidente:** É. Alguém mais quer complementar? Lúcia? **Sra. Lucia Helena de Souza:** Não sei se
283 tem alguma dúvida, gente? **Sr. Arnaldo Batista dos Santos:** Eu acho que é só e o pessoal que não
284 estava na última. **Sra. Iara Fátima Bueno da Rosa:** Quem não estava ontem no Plenário? **Sra.**
285 **Presidente:** Mas o Francisco, ela levou. **Sra. Iara Fátima Bueno da Rosa:** Não, tudo bem, mas o
286 que eu digo assim, na outra plenária, quem ler a Ata do dia 22 de janeiro, eu acho que o pessoal
287 recebeu por e-mail, vai ver exatamente as deliberações, o que fala deste Seminário, a proposta que a
288 gente trouxe para o Plenário do Seminário. E a construção disso exatamente vem contemplar,
289 Magda, aquela solicitação que foi feita da primeira reunião, da questão de capacitação dos
290 Conselheiros, de equiparação de conhecimentos para as discussões. Então, é disso que a gente está
291 falando. Uma coisa que eu só gostaria de reforçar também é que a gente fala de Pré-Conferências
292 regionais, nas regiões, mas isso não retira a responsabilidade também dos outros Conselheiros que
293 são de outros segmentos, digamos assim de prestadores de serviços, de representação de usuários ou

294 mesmo de outros segmentos que não sejam os regionais, os próprios governamentais, não tira a
295 responsabilidade deles de estarem também contribuindo na construção dessas Pré-Conferências. Por
296 isso que é importante também que venham todos para o Seminário para qualificar. A gente quer
297 fazer um esquema assim de reforço realmente de público. E uma das coisas que a gente e uma das
298 coisas importante é questão da presença dos usuários nas Pré-Conferências. Nós temos que trazer os
299 usuários nossos, que utilizam os serviços, para dentro das discussões para a gente parar de a gente
300 querer resolver e dizer aquilo que a gente acha que eles querem, eu acho que eles têm que vir para
301 dentro para discutir para dizer aquilo que eles querem, aquilo que eles realmente precisam. **Sra.**
302 **Irilde B. da Silva:** Eu queria saber se nossa capacitação do dia 03 e do dia 17 vai ser aqui no
303 mesmo auditório? **Sra. Presidente:** Vai ser aqui. **Sra.Iara Fátima Bueno da Rosa:** Vai ser aqui.
304 **Sra. Irilde B. da Silva:** Então, essas ali elas vão entrar naquela pauta que a gente tem que trazer já
305 pronta? **Sra. Presidente:** Não. Isso é preparar vocês para fazerem a Pré-Conferência. **Sra.Iara**
306 **Fátima Bueno da Rosa:** Para depois fazer a pauta. **Sra. Irilde B. da Silva:** Mas nós não temos que
307 trazer isso ali até março? **Sra. Presidente:** Não, isso é outro assunto. **Sra. Irilde B. da Silva:** Está,
308 agora. **Sra. Maria do Carmo de Souza:** Duas situações: a situação das avaliações dos convênios
309 até dia 28 de março. **Sra. Presidente:** De fevereiro, de fevereiro. **Sra. Maria do Carmo de Souza:**
310 Até dia vinte e oito de fevereiro, com pauta, com a Ata direitinho, que precisa aprovar os convênios
311 das entidades na região. Isso é uma situação, as avaliações. E essa situação das Pré-Conferências é
312 preparar vocês para vocês coordenarem as Pré-Conferências nas regiões. **Sra. Irilde B. da Silva:**
313 Ah, então não precisa trazer agora o local onde a gente vai fazer. **Sra. Maria do Carmo de Souza:**
314 As Pré-Conferências não. Só que nós precisamos, neste período de 03 a 17, que tu já marque a data
315 e o local, está? Já vão pensando. Por que o que a gente quer, que a gente pediu? Para a gente poder
316 acompanhar com vocês as Pré-Conferências nós temos que saber com antecedência, porque nós
317 estamos nos dispondo, nós, uma de nós ou duas de nós, a participar nas Pré-Conferências com
318 vocês. Então, para a gente poder participar nas Pré-Conferências com vocês, é importante que vocês
319 já vão fazendo um levantamento de quais são os locais, de quais são as datas possíveis dentro
320 daquele período de primeiro de abril a 12 de maio. **Sra. Irilde B. da Silva:** Está. Entendi direito
321 agora. **Sra. Eunice Zimmermann:** E se puder já trazer o endereço, melhor. A gente já está vendo
322 lá. **Sra Presidente:** Está bem. Eunice. **Sra. Eunice Zimmermann:** Como é o nome? **Sra.Iara**
323 **Fátima Bueno da Rosa:** É como é que é o nome? É Efetivação do Plano Decenal de Assistência
324 Social. **Sra. Presidente:** Ainda não temos os eixos. **Sra.Iara Fátima Bueno da Rosa:** Não veio
325 ainda o eixo do MDS, do Conselho Nacional. **Sra.Presidente:** Estamos aguardando. Bom pessoal,
326 então, nós temos quorum. Podemos passar para o nosso ponto de pauta. Todos receberam, não é?
327 Com exceção da Magda, que diz que não recebeu o projeto. **Sra. Magda Beatriz F, Godoy:** A
328 gente não recebeu. **Sra Presidente:** Sim, é isso que eu estou dizendo, com exceção de ti que diz que
329 não recebeu, todos os outros Conselheiros receberam, está? Acho que o método que nós vamos
330 utilizar é que todos devem ter lido. Nós temos um parecer da Comissão de Políticas, que eu acho
331 que a gente apresenta este parecer para depois a gente abrir a discussão. O que vocês acham? Eu
332 acho que não há necessidade de se ler todo o projeto ou há? Acho que não, não é?
333 Está? Pode ser desta forma? A gente apresenta o parecer da Comissão de Políticas e aí abrimos
334 então, para discussão. Ok? Lucia. **Sra. Lucia Helena de Souza:** Lúcia, da FASC. Na verdade essa
335 discussão foi bastante interessante, porque qualquer iniciativa no sentido de recurso ou captação ou
336 incentivo para área da Assistência é bem-vinda e é louvada, mas a Comissão se deteve em alguns
337 aspectos do projeto de lei que foram para nós, assim, preocupantes. Eu vou ler a síntese da
338 discussão que a Comissão fez: “Projeto de Lei para Incentivos Fiscais para o Terceiro Setor em
339 Âmbito Municipal. A Comissão de Políticas sugere que o projeto seja distribuído a todos os
340 Conselheiros. De acordo. Não obstante, apresenta as seguintes considerações: O parágrafo I do
341 artigo II prevê que deverá ser dada prioridade para destinação, dos recursos captados através dessa
342 lei, aos projetos voltados à infância, à juventude e ao idoso. Contudo, as deliberações das últimas

343 Conferências, Municipal, Estadual e Nacional, de Assistência Social e a decorrente implantação do
344 SUAS apontam para a centralidade da família nas ações da política de assistência social. Assim
345 sendo, entende-se que projetos voltados para o atendimento às famílias em situação de risco social,
346 não poderiam ser desconsiderados.” A gente lê todas as considerações e depois abre a discussão. “A
347 Comissão, independente e autônoma, proposta no artigo III, sobrepõe-se às funções já inerentes ao
348 CMAS”, ao Conselho Municipal. “Entende-se que não caberia a um representante do Conselho
349 Municipal”, porque propõe representantes de Conselhos, um representante de cada Conselho
350 compondo essa comissão independente e autônoma. “Entende-se que não caberia a um
351 representante do Conselho Municipal deliberar de forma independente e autônoma, sobre tema de
352 competência do colegiado, destinação de recursos públicos, esse que proveniente de renúncia fiscal.
353 A entidade do III setor. Acreditamos que o mesmo deva acontecer em relação aos demais
354 Conselhos, de Direitos da Infância e Juventude, CONDICA e do Idoso. A articulação entre o
355 Conselho Municipal, o CONDICA e o COMUI para deliberação sobre assuntos pertinentes a ambos
356 deve ser institucional e não através de uma comissão independente e autônoma. O Conselho
357 Municipal já dispõe de mecanismos próprios para constatações locais e visita técnica para a análise
358 sobre a relevância para a região e deliberação sobre os projetos que lhe são submetidos.” A
359 Resolução n 102 de 2006, que é Comissão Tripartite e CORAS. “Entendemos que não se deveria
360 criar uma estrutura à parte, que o projeto prevê, para deliberar sobre uma parcela dos recursos
361 públicos municipais que seriam destinados ao financiamento de entidades do III setor, uma vez que
362 todo o projeto apresentado deverá ser analisado sob a ótica da totalidade da política da assistência
363 social no município. A Comissão de Política sugere que seja excluída do artigo IV a possibilidade
364 de que dotações orçamentárias possam ser destinadas a essa conta especial a ser criada no Fundo
365 Municipal da Assistência Social. Sugere-se que a ela sejam destinados somente os recursos captados
366 através da lei proposta. É de se levar em consideração igualmente, que a captação de recursos para o
367 III setor através de renúncia fiscal por parte do município, não pode implicar em diminuição dos
368 recursos orçamentários destinados ao financiamento da política de assistência social municipal, que
369 deve contar com a primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência
370 social, conforme preceitua Luz, para o alcance sócio-assistenciais pelos usuários.” Uma questão que
371 a gente pergunta, que não está claro: “O que significa no contexto do projeto, no artigo VII outras
372 rendas eventuais? E a Comissão de Políticas sugere que a executiva do CMAS estude a melhor
373 oportunidade para chamar os proponentes para discussão e esclarecimentos.” **Sra. Presidente:**
374 Então esse foi o parecer da Comissão, está? Está aberto para discussão. **Sra. Denise Araci**
375 **Leonhardt:** É Denise. Na introdução diz que há parecer da Associação dos Municípios do Rio
376 Grande do Sul e do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul. Parecer favorável. Eu
377 gostaria de ver esses pareceres, até porque se há algum parecer favorável tem que ser escrito,
378 deverão ser escritos, está? Depois onde fala que, para realização de projetos, ISSQN e IPTU. Eu
379 gostaria até de saber qual é a arrecadação, a receita desses tributos na Prefeitura de Porto Alegre.
380 Porque tem que ver o montante disso para ver qual é o valor dos 5%, que eles dizem ali. Quanto
381 representa esses 5%. Porque da dotação orçamentária para a assistência social também tem recursos
382 de IPTU e ISSQN. **Sra. Iara Fátima Bueno da Rosa:** Estabelecido. **Sra. Denise Araci**
383 **Leonhardt:** É, exatamente. Então, eu quero saber se não é o mesmo recurso, está? Eu gostaria de
384 saber. E depois ali eu não estou vendo como é a logística disto. As entidades propõem através de
385 projetos para serem aprovados, por exemplo, elas apresentam projetos para serem aprovados e elas
386 têm que dar uma contrapartida de 10%, isso ali não ficou claro, isso é o valor total. Na hipótese de
387 não ser aprovado na integralidade do valor proposto pelo referido, a contrapartida limitar-se-á a
388 10% do valor aprovado. E mais, o Conselho deve fixar um limite. Se eu não sei qual é o limite, o
389 valor montante de 6% do montante do recurso, eu não sei qual é o limite também, está? Não sei,
390 isso aqui fica meio no ar. E a logística que eu digo é assim, como captar, é só através de projeto ou a
391 própria entidade ainda tem que fazer essa ofensiva junto aos contribuintes, tipo Lei do Incentivo.

392 **Sra. Iara Fátima Bueno da Rosa:** Lei da Solidariedade. **Sra. Denise Araci Leonhardt:** Lei da
393 Solidariedade. Também do Funcrância que ela tem que apresentar e vender o projeto. Porque eu
394 como contadora, eu analiso e faço auditorias das entidades do III setor e vejo qual é, sai mais caro
395 fazer a prestação de contas, tirar xerox, apresentar e ir captar esses recursos, do que propriamente
396 um recurso para a assistência social. Então, tem que ver quanto isso vai representar, porque às vezes
397 o que sobra para a entidade é nada, ela tem que botar dinheiro em cima ainda para pagar a captação
398 de recursos e a prestação de contas que ela tem que fazer. **Sra. Presidente:** Acho que a Denise
399 levanta questões muito pertinentes e acho que de extrema relevância. Acho que é isso, acho que a
400 gente tem que ver e acho que por isso é importante a discussão, é se nós somos favoráveis a este
401 projeto ou não. Então, acho que é isso. **Sra. Iara Fátima Bueno da Rosa:** Eu só queria fazer uma
402 colocação para essa questão. É Iara da região Centro. Eu quero pegar esse parecer da Comissão onde
403 diz: “É de se levar em consideração igualmente que a captação de recursos para o terceiro setor,
404 através de renúncia fiscal por parte do Município, não pode implicar em diminuição dos recursos
405 orçamentários destinados ao financiamento da política de assistência social municipal, que deve
406 contar com a primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social,
407 conforme preceitua Luz.” Isso aqui é muito claro. E se nós pensarmos no que nós falamos, no que a
408 gente trouxe no início da reunião em relação ao orçamento, não tem esse dinheiro para a assistência
409 social, eu diria o seguinte, que primeiro nós temos que arrumar a casa. Primeiro tem que se
410 obedecer aquilo que uma grande parcela da população demandou e que não, eu não desmereço o
411 GT, que vem discutindo isso aqui há três anos, e que só no ano passado chamou o Conselho. **Sr.**
412 **Arnaldo Batista S. dos Santos:** Finalzinho do ano passado. **Sra. Iara Fátima Bueno da Rosa:**
413 Está? Chamou o Conselho e que também fui eu a pessoa que foi lá, que estava pronta. Estava com
414 discussão ou com seminário, coisa assim e daí a gente colocou, seguinte: “Vocês estão colocando
415 coisas na responsabilidade do Conselho que não compete a vocês.” Primeiro eles queriam que
416 passasse por aqui e não sei o quê, quer dizer, eles estavam estabelecendo qual era a nossa parcela
417 nisso aqui, quando é o inverso. Não desmereço, eu acho que as pessoas que fazem parte deste GT
418 são pessoas bem intencionadas. Certo. Só que existem caminhos a serem seguidos. O Maurício, que
419 é o Coordenador deste GT, representa a Fundação Maurício Sirotsky, foi chamado por nós aqui na
420 Executiva. Ele veio aqui na Executiva para nós conversarmos a respeito disso. Ele, claro, fez as
421 ponderações dele e nós dissemos: “Manda para nós aqui, que nós vamos discutir aqui dentro como
422 discutimos todos e quaisquer projetos.” Mas, acima de qualquer coisa, eu acho que nós estamos
423 numa situação. Se nós estivéssemos tranqüilos quanto à verba destinada à assistência social na
424 forma normal, poderíamos discutir alguma outra coisa, certo? Mas não é essa a realidade. E a mim
425 preocupa muito, porque daí, daqui a pouco, nós estamos abrindo um outro precedente que é a
426 indústria do projeto. Quem fizer o melhor projeto leva mais dinheiro. Não é essa a política de
427 assistência social que nós queremos para cidade. **Sra Eunice Zimmermman:** Eunice, do Instituto
428 Leonardo Murialdo. Eu não sei se eu não ouvi, quem são os proponentes? Pessoas ou são entidades?
429 **Sra. Iara Fátima Bueno da Rosa:** O GT que discutiu. Têm representantes. **Sra. Lucia Helena de**
430 **Souza:** Tem os representantes de entidades. Eu vou te falar as entidades. **Sra Eunice**
431 **Zimmermman:** Está. **Sra. Lucia Helena de Souza:** Tem AMENCAR, Associação Riograndense
432 de Fundações, FIERGS, Conselho Regional de Contabilidade, Federação das Associações dos
433 Municípios do Rio Grande do Sul, Fórum dos Direitos da Criança e do Adolescente, Fundação de
434 Assistência Social e Cidadania – FASC, Fundação Mauricio Sirotsky Sobrinho, Instituto Pobres
435 Servos da Divina Providência, Secretaria Municipal de Coordenação Política e Governança Local,
436 Secretariado de Ação Social da Arquidiocese de Porto Alegre. **Sra Eunice Zimmermman:** A
437 minha preocupação assim, eu vejo chegar projeto, sair projeto e proposta de lei, de não sei o quê e o
438 SUAS está aí para ser implantado, e daí as coisas vêm atropelando o SUAS, assim, quer dizer tu
439 nunca vais organizar as coisas para implantar o SUAS, porque as coisas pipocam e de forma inversa
440 do SUAS. Então, eu acho que isso que foi colocado com relação a isso, de levar em consideração o

441 que diz o SUAS, que é a família e não o idoso, me parece que o SUAS continua parecendo as coisas
442 como gavetinhas, ou só esse, ou só aquele. **Sra. Presidente:** Alguém mais? **Sra. Denise Araci**
443 **Leonhardt:** Eu até acho que o Funcriança é específico para criança e adolescente. Denise. É um
444 incentivo fiscal federal, então já está específico para criança e adolescente. Então, eu não vejo que
445 em âmbito municipal também seja da criança e adolescente. Eu acho em si que é muito maior, no
446 caso a família, que está nas nossas conferências e deliberações. Eu acho também, como a Iara, eu
447 achei maravilhoso o parecer de vocês, é perfeito. O que eu acho também, que existe na praça aqui,
448 agora, já a indústria do projeto. Tu falas em alguém com aquele projeto, eles já te dão o caminho e já
449 dizem que cobram mil reais. É essa a verdade. Então, eu acho que não é por aí. Também quem vai
450 avaliar os projetos e coisas assim, têm que ser pessoas conscientes, vamos dizer, todas as pessoas
451 que vão avaliar deveriam ter um grau de sintonia e até saber qual é a necessidade real disso
452 acontecer. Porque senão um projeto bonitinho, bem encadernado vai ter peso maior do que outros
453 ou até por quem faz ou da indústria de quem fez. **Sra. Iara Fátima Bueno da Rosa:** Não eu só
454 quero, tu vais falar? **Sra Sandra Nunes:** Não, é que eu estava falando, independente disso até há
455 projetos com qualidade técnica sendo feitos por encomenda, vamos dizer assim, que é muito sério,
456 que é muito gasto. **Sra. Presidente:** Isso não significa que tenha uma prática ... **Sra Sandra Nunes:**
457 E que é independente da prática que a entidade possa ter. **Sra. Denise Araci Leonhardt:** Que às
458 vezes representa mais de 10% do projeto. **Sra Iara Fátima Bueno da Rosa:** Eu só queria também
459 fazer mais uma consideração, agora eu peguei o projeto na mão aqui quando foi lido pelo pessoal
460 que participa, por exemplo, aqui fala na Associação Riograndense de Fundações, a ARF, Conselho
461 de Cidadania da Federação das Indústrias, FIERGS, Conselho Regional de Contabilidade RS,
462 Conselho Regional de Contabilidade RS, Federação das Associações dos Municípios do Rio Grande
463 do Sul – FAMURS, Fórum dos Direitos da Criança e do Adolescente que eles falam aqui é o
464 estadual, não é o Fórum municipal. Então assim, se as pessoas discutem, se isso é uma entidade a
465 nível estadual, por que elas não vão para o Estado? Por que não vão para o Estado e não pegam uma
466 renda estadual? Porque o Estado não tem dado nada para município nenhum. Entendeu? Então se,
467 na boa assim, se é legal, se serve realmente tem que servir para o estado inteiro. Entendeu? Tem que
468 servir para o estado inteiro, pega do IPVA, pega de outras coisas, que o IPVA não tem nada de
469 dinheiro para a assistência. Pega de tributo estadual, eles estão em contenção porque eles estão
470 dizendo aqui que vai estar em cuidado as guias de recolhimento dos tributos que a (...) previu a
471 possibilidade de declaração voluntária do contribuinte. Está aqui contadinha a lei: “Caberá ao Poder
472 Executivo providenciar a regulamentação da presente lei no prazo de noventa dias a contar de sua
473 vigência.” Está? Eu acho que acima de qualquer coisa nós vamos dar um parecer e esse parecer, tem
474 que ser oficial tanto para o grupo quanto para a governança que foi lá discutir. E eu acho que ela não
475 está, eu não estou aqui para defender a governança, mas ela não está subscrevendo isso aqui. Ela
476 participou de alguma reunião, porque eu ouvi do próprio Prefeito no Seminário em novembro, o II
477 Seminário para discutir isso aqui, eu ouvi do próprio Prefeito que ele era contra esta lei. Porque ele
478 havia instituído uma lei de incentivo ao esporte fazia um ano e não tinha nenhuma entidade inscrita.
479 E que era diferente da Lei de Incentivo à Cultura, porque a Lei de Incentivo à Cultura são ações
480 pontuais. O cara quer fazer um evento, pega alguém e tal. Isso aqui é ação continuada, é assistência
481 social. Foi essa a posição que o Prefeito deu no Seminário lá do Amigo Germano. Então, eu fico
482 muito preocupada, por exemplo, o CMAS não aparece aqui, mas o CMAS foi à reunião e a gente
483 chamou atenção, inclusive tem uma série de coisas aqui que foram colocadas. Por que veio a
484 discussão para o CMAS? Porque nós trouxemos. O próprio Fórum, que eu me lembro, foi só uma
485 vez, a Elaine esteve em uma reunião lá. Então, eu acho que além de tudo isso, reforço plenamente
486 este parecer, mas nós poderíamos fazer uma sugestão: que eles tentassem implementar essa
487 legislação a nível estadual, conversa com a Governadora, que deve estar aberta às ações de
488 assistência social, que a gente sabe. **Sra Denise Araci Leonhardt:** E muda o foco para depois
489 voltar para o Fórum. **Sra Iara Fátima Bueno da Rosa:** A gente sabe que a Governadora tem um

490 olhar especial para a assistência social e que a FAMURS pode ajudar a implementar em todos os
491 demais municípios, não é? Está? Então, eu queria chamar atenção em cima disso, quer dizer, as
492 entidades em nível estadual estão resolvendo a questão da política de assistência social da cidade de
493 Porto Alegre. **Sra Magda Beatriz F. Godoy:** E a lei é municipal, de Porto Alegre. Até inclusive
494 para desafogar também. **Sra Iara Fátima Bueno da Rosa:** Ajuda, não é? **Sra Magda Beatriz F.**
495 **Godoy:** Desafogar as nossas pessoas que estão aqui em Porto Alegre. **Sra Iara Fátima Bueno da**
496 **Rosa:** É região metropolitana, COREDES, olha dá para fazer um esquema muito legal. **Sra Magda**
497 **Beatriz F. Godoy:** Exatamente. Então, eu acho que o Governo do Estado tem que se preocupar com
498 essa questão aí, porque em nível de CMAS e município, nós já estamos brigando a vida toda, agora
499 imagina pegar mais essas, isso aí é uma bola de neve ou de repente me parece assim uma política
500 meio imediatista, sabe? **Sra Presidente:** Está. Pessoal. **Sra Denise Araci Leonhardt:** Deixa só
501 outro questionamento, que está aqui também. É o seguinte, diz assim: “As organizações
502 assistenciais, por ocasião da apresentação dos projetos sociais, deveriam estar em situação fiscal
503 regular junto ao município de Porto Alegre.” Devem estar inscritas ou não devem estar devendo
504 taxa de lixo, IPTU, coisa assim. **Sra Presidente:** Podemos encaminhar? **Sra Denise Araci**
505 **Leonhardt:** Podemos. **Sra Iara Fátima Bueno da Rosa:** Podemos. **Sra Presidente:** Bem, nós
506 vamos encaminhar. Eu entendi, Maria do Carmo, que são duas propostas eu acho. **Sra Maria do**
507 **Carmo de Souza:** Seria a proposta, a Comissão seria a Executiva chamar os proponentes para um
508 esclarecimento maior e apresentar a proposta, dar o parecer da Comissão de Política. **Sra.**
509 **Presidente:** Está, mas essa é uma proposta que eu acho que...**Sra Lucia Helena de Souza:** Não, tu
510 estás enganada. A proposta da Comissão é de que se avalie, mas a plenária é soberana, dá o
511 encaminhamento. **Sra Presidente:** Eu acho que esse encaminhamento já foi dado, porque a
512 Executiva chamou, ele esteve na Executiva fez alguns esclarecimentos, mas a gente distribuiu,
513 acatou a posição da... **Sra Maria do Carmo de Souza:** Mas só que a gente não teve retorno além
514 do que foi apresentado aqui. **Sra Presidente:** Acatamos a proposição da Comissão de Políticas de
515 que enviasse a cópia para todos os Conselheiros, para que os Conselheiros lessem, pensassem,
516 dessem sugestões. E a gente trouxesse então, na plenária de hoje para definirmos, está? Acho que
517 uma das propostas que eu vejo que saiu é a que a Iara faz. E aí a minha pergunta é essa, se a gente
518 aprova o projeto, se a gente rejeita o projeto e na rejeição faz esse adendo que a Iara sugeriu. **Sra.**
519 **Sandra Nunes:** Proponho como competência do Estado, não é? **Sra Iara Fátima Bueno da Rosa:**
520 **Procede.** **Sra. Irilde B. da Silva:** Eu também, apoiado. **Sra. Magda Beatriz F. Godoy:** É eu
521 concordo também. Eu acho que eles têm que assumir a parte deles, têm que fazer alguma coisa. **Sra**
522 **Iara Fátima Bueno da Rosa:** Já que as pessoas, quem realmente discutiu foram entidades
523 estaduais, então eles que olhem o todo, não é? **Sra. Vilma Maria O. da Silva:** Mas não são todas
524 estaduais? **Sra Iara Fátima Bueno da Rosa:** Mas eles botam ali uns nomes para dar peso, não é?
525 **Sra. Vilma Maria O. da Silva:** Mas os problemas, todos ISSQN, IPTU é municipal, então cada
526 município tem que fazer a sua lei. **Sra Presidente:** Sim. **Sra Iara Fátima Bueno da Rosa:** Mas
527 essa é a idéia. **Sra. Magda Beatriz F. Godoy:** Então, quem tem que propor é a FAMURS. **Sra**
528 **Milda Stroschoen Pinent:** Não tem a associação dos Prefeitos aí também? **Sra Iara Fátima**
529 **Bueno da Rosa:** FAMURS. **Sra Milda Stroschoen Pinent:** Então isso aí deve ter do deles e eles
530 escolheram outras associações de peso para que a coisa realmente andasse. Porque a gente sabe que
531 em nível estadual. O que nós estamos fazendo aqui agora? A reação da Iara, não é, nós estamos
532 passando a bola para outros, eu acho que também não resolve. **Sra Iara Fátima Bueno da Rosa:**
533 **Então vamos rejeitar.** **Sra Milda Stroschoen Pinent:** Eu acho que sim e pensar numa coisa que
534 funcione. **Sra Maria do Carmo de Souza:** Eu acho que teria que ver assim, todo mundo leu, quem
535 teria, o pessoal mesmo, eu não sei, Carlos, tu participaste de algumas discussões? **Sr. Carlos**
536 **Fernando S. Filho:** Participei. **Sra Maria do Carmo de Souza:** Ou o que tu falasse ou teria
537 alguém, que teria alguma outra colocação para fazer? **Sr. Carlos Fernando S. Filho:** A colocação

538 que assim, em cima do que a Iara colocou e dos conhecimentos que a Denise trouxe também, eu
539 comentava à parte, aqui no canto, que como a gente teve a oportunidade de participar o nosso temor
540 sempre foi não acontecer o que aconteceu com o Funcriança. O Funcriança hoje, em Porto Alegre,
541 está num dilema, é pouco. Tem três milhões de reais lá hoje, mas desses três milhões tem dois
542 milhões que estão carimbados. Se for como a entidade que sabe fazer um projeto muito bom, ou se é
543 isso, ou se aquilo outro, eu não sei, mas está carimbado. **Sra. Presidente:** Destinado. **Sr. Carlos**
544 **Fernando S. Filho:** E a retenção, é 05, é 10%, é nada. Então na realidade, assim, o Conselho que se
545 propõe a ajudar toda uma cidade acaba indo afunilar um específico. Qual seja o específico? Vai
546 chegar para a criança e o adolescente? Vai, mas também não chega com aquela proposição que a
547 gente imaginava lá há quinze anos atrás quando imaginamos os repasses públicos. Então, o que a
548 gente colocou foi isso. Se essa lei passa após apresentação do SUAS ou durante, em todos os
549 parâmetros de organização que contém de assistência social der, mas ainda assim, quanto vai ser de
550 retenção na sua totalidade, quanto vai ser o percentual do não-carimbado? Vão entrar dez milhões
551 de reais no Fundo de Assistência Social, desses dez, oito sejam para a totalidade, dois até pode ser
552 carimbado. Uma coisa desse nível. Hoje nós estamos fechando um convênio com a cidade de São
553 Paulo e é mais ou menos nessas bases, eles querem que a gente ensine as ataduras que se faz em
554 Porto Alegre e a gente quer que eles nos dêem o dinheiro. Mas que dêem dinheiro para a cidade e
555 não carimbado. Então, vai entrar no Funcriança para entrar via edital, para que todas as
556 organizações não-governamentais possam participar. Se esse projeto for assim, aí a Governança
557 Local e a Prefeitura de Porto Alegre apóiam, se não for assim, aí não. Que é isso que a Iara colocou
558 que o Prefeito foi contra. Ele é contra porque esse foi o nosso assinalamento, se não vier assim não
559 vai acontecer de passar isso. **Sra Maria do Carmo de Souza:** Só complementando uma coisa que o
560 Carlos disse, na leitura desse, que eu acompanhei as primeiras discussões na própria Comissão. Na
561 verdade, o que a gente fala é com a implantação do SUAS. Eu não vejo ele atender as demandas.
562 **Sra Iara Fátima Bueno da Rosa:** Nada. É horrível isso. A proposta nem em nível, nem nas nossas
563 Conferências Municipais, nem das Estaduais, porque a estadual quem participou da do ano passado
564 sabe que isso aí foi um dilema nos municípios menores. Inclusive que foi assim bem problemática a
565 coisa, porque centralizava na metrópole, nas grandes cidades. Lembra Patrick, que os municípios
566 se sentiam assim totalmente desprotegidos, aqueles mais carentes e em nível nacional foi uma
567 discussão muito grande em cima disso. Então, realmente não está contemplando, vamos dizer assim,
568 não é? Parece que fizeram alguma coisa sem aprofundar a leitura, sem estudar assim em nível do...
569 **Iara Fátima Bueno da Rosa:** Nem considerando. **Sra Lucia Helena de Souza:** Sim, com a
570 agravante que é uma preocupação a questão da comissão proposta, uma comissão independente e
571 autônoma, que se sobrepõe às retribuições dos próprios Conselhos. **Sra Maria do Carmo de**
572 **Souza:** Contrapõe-se até à própria legislação. **Sra Lucia Helena de Souza:** E esse o um fator mais
573 preocupante, porque a captação de recursos e a criação de, é legítimo, que o III setor se organize
574 para construir os seus projetos e captar recursos. Agora, estão propondo inclusive uma estruturação
575 desse funcionamento que se sobrepõe ao funcionamento dos Conselhos já existentes e ao Conselho
576 Municipal da Assistência, que é uma questão importante de se interar. **Sra Presidente:** Porque é
577 essa Comissão que vai definir os recursos. **Sra Lucia Helena de Souza:** Definir para onde vai. **Sra**
578 **Maria do Carmo de Souza:** Para onde vai. **Sra Lucia Helena de Souza:** E tem mais. A Comissão
579 de Políticas ficou preocupada, porque propõe a criação de uma conta especial e para essa conta
580 especial, para essa conta especial iriam várias dotações orçamentárias. Não só incentivos fiscais
581 como dotações orçamentárias e rendimentos provenientes daqui tudo bem, rendimentos da aplicação
582 de recursos é correto. Mas dotações orçamentárias? Não cabe, não é? **Iara Fátima Bueno da Rosa:**
583 E rendas eventuais. **Lucia Helena de Souza:** E o que seriam outras rendas eventuais? Então, está
584 muito amplo. **Sra. Presidente:** Está muito amplo, quer dizer tu não tens nenhum parâmetro para
585 comparar banco, é tanto por cento, não é? **Sra Maria do Carmo de Souza:** O risco de estar
586 vinculado à questão orçamentária é muito grande. **Sra. Presidente:** É muito complicado. **Iara**

587 **Fátima Bueno da Rosa:** Na realidade, inclusive em uma das discussões com o Maurício, nós
588 tivemos uma discussão, porque na nossa CORAS a gente discutiu, a Denise inclusive trouxe uma
589 série de números para mostrar quantos táxis, não é, tinham que, tu fizeste uma dissertação a respeito
590 disso. E o Mauricio disse assim que, isso aqui era principalmente, eu perguntei, mas por que não a
591 Lei de Solidariedade, não é? Está aí a Lei de Solidariedade, é meia dúzia que a gente sabe que
592 consegue, não é? São aqueles projetões, aquela coisa assim, não é? Aí ele diz que o problema com a
593 Lei de Solidariedade é o seguinte: que as empresas não estão mais querendo, não estão mais
594 querendo a participação na Lei de Solidariedade. Porque o que acontece? Seguinte: Eu, Iara tenho
595 uma empresa, está? Vou doar para a entidade da Mariazinha, digamos cem mil reais lá, consigo a
596 isenção, não sei o quê de impostos, coisa assim, não é? Aí a Mariazinha, no prestar contas, ela não
597 gasta, não consegue prestar contas direito, está? Quem é o prejudicado? É a empresa. A empresa
598 tem que acabar pagando o imposto do qual ela se beneficiou da renúncia, entendeu? Quer dizer, a
599 empresa fica responsável por um dinheiro que ela não gasta, que não é ela que gasta. Então, esse aí
600 foi o nó da Lei de Solidariedade, foi essa a posição que o Maurício nos deu, em cima disso numa
601 conversa que tivemos. Por que não está, por que não tinha brotado, que eles achavam que a Lei de
602 Solidariedade iria brotar que nem, mas tem essas questões aí que não deu. Por isso, talvez, mais essa
603 proposta, mas é uma discussão que vem há três, quatro anos, está pessoal. **Sra. Presidente:** Está. Eu
604 acho que a gente tem que encaminhar. Para mim são duas propostas. Ou nós somos favoráveis ou
605 nós somos contra, eu acho que é isso. **Sr. Carlos Fernando S. Filho:** Poderia colocar uma terceira
606 proposta. A favor ou contra, ou encaminhar para esse grupo que fez este projeto as mudanças que
607 este Conselho gostaria que constasse para poder avaliar melhor a ação. **Iara Fátima Bueno da**
608 **Rosa:** Eu tenho uma colocação a fazer a respeito disso. **Sr. Carlos Fernando S. Filho:** Tipo:
609 aprova-se o projeto a partir da consumação da implementação do SUAS, a questão da retenção, a
610 questão da criação do fundo, que essa comissão que eles querem que seja deles, seja em nível do
611 Conselho da Assistência, colocar tudo que se quer. Eu acho que só em vez de dizer não. **Iara**
612 **Fátima Bueno da Rosa:** Eu, particularmente, tenho uma posição a respeito disso. Eu acho que nós
613 podemos traduzir, sabe Carlos, eu não quero ir contra aquilo que tu estás dizendo, mas eu acho que
614 além da posição, do próprio parecer da Comissão de Políticas, nós podemos até encaminhar junto
615 com a cópia desta Ata aqui, que mostra a discussão que se teve aqui, não foi uma coisa assim de
616 impulso. Entendeu? Eu acho que a gente tem que mostrar que houve a discussão, entendeu? Agora
617 eu acho o seguinte, os caras passaram três anos fazendo, discutindo e aí nós discutimos, veio o
618 documento para cá, já está desde o ano passado aí rolando, rolando que eu digo passando por
619 comissão e vindo e tal e sendo discutido, discutimos com ele e tudo, agora não somos nós que
620 temos que dizer como é que ele tem que fazer. Ele diz que ele é conselheiro, ele é a favor dos
621 Conselhos. Então, me desculpa, ele tem que ver qual é o papel de cada Conselho. Quer dizer, ele foi
622 Presidente do Conselho da Criança e do Adolescente do Estado, não foi? É, ele foi, certo? Então, ele
623 não pode agora, porque ele não é mais enxergar de outra forma. Ele também, ele diz que acompanha
624 a questão da assistência social, eu acho que sim, eu acho que a própria Ata nossa vai servir de apoio
625 para ele, mas vai ter que começar de novo, vai ter que começar de novo, entendeu? Particularmente,
626 eu penso dessa forma, porque eu penso o seguinte, que remendar é pior, entendeu? Minha opinião
627 pessoal, minha opinião pessoal, não é? **Sra. Presidente:** Eu quero levantar a seguinte questão: eu
628 acho que fica extremamente complicado a gente dizer que aprova após modificações. Isso nos
629 remete a um grande risco, porque aí eles fazem as modificações do jeito que eles entendem e
630 acabou, não tem mais discussão, porque nós aprovamos com as modificações. Então, eu acho muito
631 complicado. **Sra. Maria do Carmo de Souza:** Porque na verdade, nós estamos rejeitando o
632 presente projeto e estamos comprovando através do parecer da Comissão de Políticas e da nossa Ata
633 a discussão que aconteceu e as necessidades que nós apontamos. Eu acho que aí eles vão propor um
634 novo projeto. **Sr. Carlos Fernando S. Filho:** Daí a iniciativa fica por parte deles. É isso que eu
635 estou dizendo. **Sra. Sandra Nunes:** Na realidade, é o parecer do Conselho como um todo em

636 relação ao projeto. **Sra.Iara Fátima Bueno da Rosa:** Como nós faríamos com qualquer outro
637 projeto, outro projeto que venha para cá, nós dissemos sim ou não. Nós não chegamos para os caras
638 e dissemos assim: olha se tu arrumares aqui ou coisa assim, sabe? **Sra. Eunice Zimmerman:** Não
639 sei se ainda dá tempo de propor que a gente rejeitasse este projeto e encaminhasse não só a Ata, mas
640 o parecer da Comissão, juntando o parecer, o parecer que ela fez e o porque nós estamos rejeitando.
641 **Sr. Carlos Fernando S. Filho:** Vai estar na Ata. **Sra. Sandra Nunes:** Vai estar na Ata. **Sra.**
642 **Presidente:** Eu acho que a gente pode ou referendar quem sabe, o parecer da Comissão? **Sra. Lucia**
643 **Helena de Souza:** E acrescentar a discussão da Ata. **Sra. Presidente:** E acrescenta a discussão. **Sra.**
644 **Iara Fátima Bueno da Rosa:** Porque a própria Ata é o registro. **Sra. Lucia Helena de Souza:** Já é
645 retribuição. **Sra. Denise Araci Leonhardt:** Eu até acho que o GT para verificar a possibilidade de
646 uma legislação nesse sentido, já que é o Conselho que delibera a respeito disto, deveria partir do
647 próprio Conselho. **Sra. Iara Fátima Bueno da Rosa:** Vamos deixar implementar esse SUAS, essa
648 coisa toda e, eu acho que a primeira coisa, é zerar essa questão do orçamento, não é? Como é que
649 nós vamos topar renúncia fiscal das coisas aí se nós temos superávit no orçamento no segundo ano
650 consecutivo e não estamos cumprindo as metas de assistência social e de outras políticas, mas nós
651 estamos falando aqui de assistência social. **Sra. Denise Araci Leonhardt:** Até porque o governo
652 em si, o governo municipal participa junto com as ações sociais na renúncia fiscal, quando ele dá
653 imunidade para as entidades filantrópicas, entidades beneficentes de assistência social.Então, aí ele
654 já participa com renúncia fiscal. **Sra. Vilma Maria O da Silva:** Eu acho que com a implementação
655 do SUAS a gente vai ter que ter, eu acho, um olhar mais cuidadoso com todos esses projetos que
656 tem chegado aqui no nosso Conselho. **Sra. Presidente:** Exatamente. **Sra. Denise Araci**
657 **Leonhardt:** Porque eu acho assim, é muito excesso. **Sra.Irilde B. da Silva:** Sem pagamento. Muita
658 oferta sem pagamento **Sra. Vilma Maria O da Silva:** E a gente tem que olhar crítico sobre os
659 projetos para ver onde está indo mesmo toda essa dinheirada aí, vamos falar sério, eu acho que o
660 Conselho é para isso.E eu acho que a nossa visão tem que ser além de acrescentado, sabe, pela
661 forma da entidade. **Sra.Iara Fátima Bueno da Rosa:** Com certeza. É muito papel sem serem
662 cumpridas as leis.Fica por aí, embrulha daqui, joga de lá, joga daqui e vai passando que nem a
663 SUAS. A SUAS até hoje ninguém atendeu nada.Agora vem outro projeto, nós vamos ver outro
664 projeto aonde nós vamos parar?Primeiro nós temos que esclarecer assim, nós temos que esclarecer o
665 projeto SUAS, terminou o projeto SUAS, está implantado, traquilo, bonitinho, está. Então, agora
666 nós vamos pegar outro projeto e discutir. Não adianta botar muito papel, muita coisa em cima se a
667 gente não discute, não bota em ação. Fica só no papel e aí o dinheiro não vem, o dinheiro fica para
668 eles. **Sra. Presidente:** Está. Pessoal. Tu querias falar, Eunice? **Sra. Eunice Zimmermann:** Eu
669 acho que é mais ou menos por esse caminho assim que ela falou.Eu acho que a gente tem que
670 começar a ver o projeto com esse olhar assim onde é que cabe dentro do SUAS, porque quando o
671 SUAS leva para a questão da família, daí vem um outro lá que é só para criança e idoso. **Sra.Irilde**
672 **B. da Silva:** É muita mistura. **Sra. Sandra Nunes.:** Sem contar a questão da demanda orçamentária
673 e da primazia do Estado na demanda orçamentária do sistema todo. **Sra. Vilma Maria O Teixeira:**
674 Eu até acho que nem precisava tanta coisa se um olhar fosse direcionado à família. Porque a criança
675 e o idoso, o esse, aquele ali estão tudo na família que é o núcleo da sociedade. Aí começa projeto
676 para isso, projeto que, olha, têm muito poucos, pelos projetos que entram aqui, eu já vi, já dá até
677 para parar por aqui a assistência social que já está todo mundo contemplado, não tem mais tristeza,
678 mais pobreza, mais miséria, acho que o SUAS vai organizar essa bagunça. **Sra. Denise Araci**
679 **Leonhardt:** Até porque o financiamento do SUAS, o co-financiamento, tudo isso aí já existe em
680 percentuais que foram deliberados. **Sra. Presidente:** Por isso que eu acho que se nós referendarmos
681 o parecer da Comissão fica bem, porque ali a gente teve o cuidado inclusive de colocar. É lógico
682 que nós não vamos dizer para eles que tem que ler o SUAS e fazer projetos dentro do SUAS, mas
683 acho que a gente apontou e acho que é isso, tem que ter o caminho correto.Acho que o SUAS está
684 aí, o co-financiamento, acho que tudo isso está previsto dentro do SUAS e é isso que nós temos que

685 estar de olho, Magda **Sra. Magda Beatriz F. Godoy:** Eu acho assim, eu fico até com um certo
686 receio quando vem assim essa forma assim de uma elite, porque isso aí, essa apresentação desses
687 dirigentes dessas empresas isso é tudo elite. Então, a preocupação é assim, é que se nós aceitarmos
688 daqui a pouco, a gente nem conheceu também, não sabe o SUAS, entendeu? Então isso aí é uma
689 política assim, já é uma contrapartida daquilo que a gente nem aprendeu, a gente não sabe ainda,
690 não é? Então isso é muito perigoso, porque eu acho assim, eu acho que nós temos as nossas
691 entidades, elaboramos o nosso projeto de acordo com a necessidades assim do idoso, da criança, do
692 adolescente e aí vem uma coisa bonita, maravilhosa dessas aí, pára um pouco. A minha preocupação
693 é que daqui a pouco até nós vamos ficar na mão deles, essa é a questão. Porque é muito assim, o
694 conteúdo assim está muito bonito, até pelo nome das empresas enfim, não é? E a gente pode viver
695 assim à mercê dessa nova implantação que eles querem e está bem colocado e acho que tem que
696 colocar Mariazinha assim ó, que eles procurem assim, a conhecer primeiro o SUAS, porque em
697 nenhum momento também é levantada essa questão. **Sra. Presidente:** Está. Pessoal, vamos
698 encaminhar então. Se a gente referenda a proposta da Comissão de Políticas. **Sra. Lucia Helena de**
699 **Souza:** Mas só um pouquinho Maria a Comissão não sancionou. **Sra. Presidente:** Parecer, parecer.
700 **Sra. Lucia Helena de Souza:** O parecer, a Comissão não é contrária, trouxe para a assembléia. **Sra**
701 **Vilma Maria O da Silva:** Mas a gente tirou a nossa conclusão. **Sra. Maria do Carmo de Souza:** A
702 discussão foi feita a partir do parecer da Comissão, que se colocou em votação a rejeição ou não do
703 projeto. **Sra. Vilma Maria O da Silva:** O papel da Comissão era levantar pontos, foi levantado. Aí
704 se discutiu em cima do que se tinha lido e chegou-se a esta conclusão. **Sra. Presidente:** Patrick. **Sr.**
705 **Patrick de Oliveira Teixeira:** Eu acho que é isso: ou rejeita ou rejeita. **Sra. Presidente:** Ou somos
706 favor ou somos contra, é isso? Então, está. Proposta um: quem concorda com a aprovação deste
707 projeto, por favor, levante a mão. Ok. Proposta dois: quem é a favor da rejeição do projeto como ele
708 está. Ok. Quem se abstém? Uma abstenção. É isso? **Sra. Iara Fátima Bueno da Rosa:** Então, vamos
709 esclarecer. O quorum desta reunião é de 23 Conselheiros. Colocaram-se contra o projeto vinte e dois
710 Conselheiros e houve uma abstenção. **Sra. Presidente:** É isso? Então está, pessoal. Esse ponto está
711 resolvido. Nós temos a Ata 02 que os Conselheiros receberam, devem ter lido, alguém tem algum
712 adendo a fazer a esta Ata? **Sra. Rose Ceroni Canabarro:** Só houve uma troca no nome eu acho,
713 que é da Noroeste. **Sra. Presidente:** Qual é a linha? **Sra. Rose Ceroni Canabarro:** Aonde tem a
714 apresentação. **Sra. Presidente:** É Noroeste a tua, não é? **Sra. Rose Ceroni Canabarro:** É Nordeste.
715 **Sra. Maria do Carmo de Souza:** Tu és a Rose, não é? **Sra. Rose Ceroni Canabarro:** Isso. **Sra.**
716 **Presidente:** Rose. **Sra. Maria do Carmo de Souza:** Rose Ceroni Canabarro. **Sra. Presidente:**
717 Qual é a troca? **Sra. Rose Ceroni Canabarro:** Porque eu sou da Nordeste e não a Olinda. **Sra.**
718 **Presidente:** Não, mas está certo. É que é a forma da leitura, está? **Sr. Arnaldo Batista dos Santos:**
719 É que Olinda da CORAS Noroeste está aqui. Está? **Sra. Rose Ceroni Canabarro:** Ah, está, está.
720 Então, está correto. **Sra. Presidente:** Está correto, primeiro vem a região, depois vem o nome da
721 pessoa, está é isso? **Sr. Arnaldo Batista dos Santos:** É o ponto e vírgula que separa. **Sra.**
722 **Presidente:** É isso? Alguém mais tem alguma questão? Podemos votar? Todos concordam com a
723 Ata 02 da forma que ela está? Por favor, levantem a mão. Obrigado. Alguém é contra? Alguém se
724 abstém? Aprovada então a Ata 02, muito obrigado para todos pela participação e mais uma vez nós
725 conseguimos concluir antes do nosso prazo. **Sra. Maria do Carmo de Souza:** Pessoal, não
726 esqueçam que segunda-feira que vem não tem reunião, na outra segunda é Carnaval para todos na
727 avenida e na outra nós nos encontraremos. **Sra. Presidente:** Dia 26. **Sra. Vilma Maria O da Silva:**
728 E eu aproveito para dizer que dia 26 eu estou de férias, eu não posso vir que eu estou sem suplente,
729 já está justificado. **Sra. Presidente:** Está certo, está certo. Dia 26 é a próxima plenária. Bom
730 Carnaval para todos. *(Encerra-se a reunião às 20h45min)*